Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA AGENCIAINFRA.COM

Serviço de Notícias - INFRAEnergia

Brasília, *|DATE:d|* de dezembro de *|DATE:Y|*

edição 503

Bom dia, *|FNAME|*!
Nesta edição do iNFRAEnergia: Leilão A-4 e A-5 | PLD | CDE | Diário Oficial | Fique de Olho | Clipping

ANEEL PROPÕE CVU TETO DE R$ 300 PARA TÉRMICAS NOS LEILÕES A-4 E A-5

Lucas Santin, da Agência INFRA

Com uma pauta cheia, em sua última reunião de diretoria do ano, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) determinou nesta terça-feira (17) que, para os leilões A-4 e A-5, o CVU (Custo Variável Unitário) máximo para empreendimentos termelétricos será de R$ 300 por MWh. A abertura da consulta pública foi aprovada e os certames estão marcados para o dia 30 de abril de 2020.
Com o leilão, a ANEEL pretende reduzir os custos de térmicas a óleo e diesel, cujos contratos atuais vencem a partir de 2023, e nas quais o CVU médio está na casa dos R$ 1.000 por MWh. Ambos os leilões serão para contratar apenas empreendimentos a gás natural e a carvão mineral nacional. O prazo de suprimento é de 15 anos, com início em 2024 (A-4) e em 2025 (A-5).
Empreendimentos que já estejam operando poderão participar da licitação, contanto que a energia seja gerada pelas fontes permitidas, e também novos projetos, dentro das especificações estabelecidas. O período para envio de contribuições começa nesta quinta-feira (19) e vai até 3 de fevereiro de 2020.

Leilão de transmissão
O edital do primeiro leilão de transmissão de 2020 entrará em consulta pública nesta sexta-feira (20). Serão leiloados 300 km de linhas de transmissão de energia, com investimento previsto de R$ 2,1 bilhões. Os empreendimentos são situados nos estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e São Paulo.
O leilão também prevê a compra de 385 km de linhas de transmissão que eram controladas pela Amazonas GT, mas os contratos não foram renovados. Ao todo, são sete lotes. Um deles, controlado pela Celg GT, foi excluído e a empresa deverá realizar obras de reforço. As contribuições para a audiência vão até 3 de fevereiro.

Eficiência Energética em Roraima
Outra audiência pública aberta na reunião diz respeito a um leilão de eficiência energética em Roraima. O objetivo da agência é reduzir o consumo de energia na capital, Boa Vista. Nesse sentido, a ANEEL disponibilizará dois produtos: iluminação pública e ampla concorrência.
Os produtos durarão 66 meses, divididos em duas etapas. A primeira, para implantação das ações de eficiência energética, com duração de seis meses a partir da assinatura do contrato. A segunda, de eficientização, com duração de 60 meses a partir do fim da implantação.
Para iluminação pública, o lote será único e a eficientização será de 0,5 MW médio. Para ampla concorrência, serão sete lotes organizados por bairros. O vencedor em cada lote terá o papel de reduzir o consumo em 0,5 MW médio. O período de contribuição para a consulta começa nesta sexta-feira e vai até 18 de março.
voltar para o topo

AGÊNCIA DELIBERA SOBRE PREÇOS DE ITAIPU, ANGRA 1 E 2 E VALORES MÁXIMOS DE PLD EM 2020

Lucas Santin, da Agência INFRA

A tarifa de repasse de Itaipu custará US$ 28,41 por kW a partir de 1º de janeiro de 2020. Representa um aumento de 2,5% sobre os US$ 27,71 por kW deste ano, sem contar o percentual de desvalorização do real frente ao dólar. O processo foi aprovado pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) na terça-feira (17).
Para chegar aos valores da tarifa de repasse, paga pelas distribuidoras cotistas na compra de energia da Eletrobras, a ANEEL leva em consideração o custo unitário do serviço de eletricidade de Itaipu, que, neste caso, ficou em US$ 22,06 por kW; a remuneração da energia cedida pelo Paraguai ao Brasil, no montante de US$ 2,02 por kW e; o saldo da conta de comercialização da Eletrobras, de US$ 0,02 por kW.

Tarifas de otimização
A agência também aprovou as tarifas de otimização das hidrelétricas para 2020 em R$ 12,77 por MWh. Essa tarifa serve para cobrir os custos adicionais de operação e das usinas hidrelétricas e o pagamento da compensação financeira referente à energia transacionada no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia). O valor é 2,87% maior que o estabelecido para 2019.
A tarifa de otimização da usina de Itaipu ficou em US$ 39,68 por MWh. Este valor é calculado a partir da relação entre o custo variável da usina de Itaipu e a média geométrica do dólar no último ano.

Preço de Liquidação de Diferenças
Os limites máximo e mínimo de PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) para 2020 também foram estabelecidos no processo. O valor estabelecido para o PLD máximo estrutural é de R$ 559,75 por MWh e, para o PLD máximo horário, R$ 1.148,36 por MWh. Este último será usado apenas na operação sombra, segundo determinação do Ministério de Minas e Energia. Para o PLD mínimo, o valor estabelecido é de R$ 39,68 por MWh.

Angra 1 e 2
As receitas e tarifas de venda de energia nas usinas de Angra 1 e 2 foram aprovadas. O valor de receita foi estabelecido em R$ 3,72 bilhões e a tarifa será R$ 269,75 por MWh. O pagamento pela energia gerada nesses empreendimentos é pago por todas as distribuidoras do sistema interligado nacional. Os novos valores também começam a valer em 1º de janeiro de 2020.
voltar para o topo

ORÇAMENTO DA CDE PARA 2020 SERÁ DE R$ 21,91 BILHÕES

da Agência INFRA

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou, nesta terça-feira (17), o orçamento da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) para 2020, em R$ R$ 21,91 bilhões. O valor é R$ 541 milhões menor que o colocado em discussão. Do total aprovado, R$ 20,10 bilhões serão pagos pelos consumidores de energia. O valor em 2019 foi de R$ 20 bilhões, com cerca de R$ 17 bilhões pagos pelo consumidor.
Segundo o relator do processo, diretor Sandoval Feitosa, a elevação na conta foi causada principalmente pela dificuldade na geração de energia em Roraima. "O aumento da conta CDE foi de apenas 8% nas despesas e a maior contribuição foi em função da necessidade do suprimento de óleo na capital Boa Vista", disse Sandoval, lembrando que, desde março, Roraima não é mais abastecida pela importação da Venezuela, mas por térmicas a diesel.
O combustível necessário para geração de energia nos sistemas isolados é pago pela CCC (Conta de Consumo de Combustíveis). No orçamento de 2019, essa participação foi de R$ 6,31 bilhões. Em 2020, esse valor será de R$ 7,49 bilhões. Esse custo, quando a consulta pública foi aberta, era R$ 96,7 milhões maior do que o aprovado. A redução foi feita depois de novas análises sobre as receitas e despesas da conta.

Descontos na distribuição e tarifa social
Os descontos na distribuição, como a atividade rural e de irrigação, além dos serviços de saneamento básico, foram responsáveis por R$ 8,49 bilhões no orçamento, resultado de um aumento de R$ 77 milhões em relação à proposta inicial da consulta pública. Os decretos 9.642, de 2018, e 9.477, de 2019, que retiram gradativamente os descontos da tarifa durante cinco anos, já estavam sendo considerados na proposta inicial.

Um fator que poderia ser decisivo para baixar o orçamento era o processo em que o TCU (Tribunal de Contas da União) havia determinado a retirada dos descontos em 2020. Essa conclusão foi de maio deste ano. Em novembro, o tribunal a tornou insubsistente. Por isso, todos os descontos estão no orçamento da CDE.

A parcela da CDE referente à tarifa social de energia teve aumento de R$ 42 milhões em relação à abertura da consulta pública. O valor final é de R$ 2,66 bilhões. O recálculo foi feito levando em consideração os valores concedidos no último ano e as projeções de mercado e do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Abrace: superencargo
A Abrace (Associação dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres) enviou contribuições para baixar o orçamento da conta. Em nota enviada à **Agência iNFRA**, o diretor técnico da associação, Fillipe Soares, reconheceu o trabalho feito pela agência reguladora para baixar o "superencargo" que é a CDE. Ele chamou atenção para o fato de que a conta já representa mais de 10% das tarifas de energia.

"Outro ponto a salientar: Apesar da interligação de vários estados e mercados ao sistema interligado nacional, a CCC continua aumentando e a Aneel deve promover uma iniciativa para elaborar proposta de redução estrutural dessa parcela da CDE, que supera os R$ 7 bilhões anuais", escreveu Fillipe.
voltar para o topo

i DIÁRIO OFICIAL

CPPI - Resolução 99 aprovou o regimento interno do Conselho do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) da Presidência da República.
Requerimento - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) registrou o recebimento de requerimento de outorga para parque solar da CSS Construtora Ltda em Janaúba (MG).
UFV - A ANEEL liberou para operação de testes 18 unidades, somando 50 MW, da UFV São Gonçalo 2, em São Gonçalo do Gurguéia (PI).
UTE - A ANEEL autorizou a operação comercial das unidades UTE Tapauá - COE (15 unidades com 8,3 MW), em Tapauá (AM); e UTE Benjamin Constant + Atalaia do Norte - CGA (10 unidades, com 10,6 MW), em Benjamin Constant (AM).
voltar para o topo

i FIQUE DE OLHO

CORREÇÃO: Na edição desta terça-feira (17) do **iNFRAEnergia**, a declaração do presidente da Abraceel, Reginaldo Medeiros, sobre a portaria 465, do novo cronograma de abertura do mercado livre, saiu com erro. No lugar de "apenas impactos expositivos", o correto seria "apenas impactos positivos".
Agenda do Ministro - O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, participa hoje (18), às 8h30, da 38ª edição do Seminário "Motores do Desenvolvimento", que será realizado em Natal (RN). Às 15h, reúne-se com o presidente da República, Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto, em Brasília (DF).

Geração Distribuída - O Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, esteve nesta terça (17) na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados para debater os impactos da revisão da resolução normativa 482/2012, da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), que trata das regras sobre micro e mini geração distribuída. O ministro fez um amplo diagnóstico sobre a expansão das energias renováveis na matriz elétrica brasileira, o impacto dos subsídios e impostos nas contas de luz e sinalizou que este é o momento para se buscar "equilíbrio e redução de custos para os demais consumidores".

MRE - A diretoria da ANEEL aprovou nesta terça-feira (17), em reunião colegiada, consulta pública para aprimorar o MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) quanto aos expurgos de indisponibilidade de que trata a resolução normativa 614/2014. A consulta visa buscar maior equilíbrio de alocação no âmbito do MRE e discutir a exclusão ou não de alguns itens do anexo I da resolução normativa 614/2014 para usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente. Mais informações estão disponíveis neste link.

Programa de Universalização - A ANEEL aprovou, na reunião pública desta terça-feira (17), a prorrogação, até 2022, do programa de universalização nas Ceron (Centrais Elétricas de Distribuição de Rondônia). A medida visa a atender 2.877 solicitações de fornecimento de energia elétrica em 52 municípios da área de concessão da distribuidora. A medida viabilizará investimentos de cerca de R$ 400 milhões no estado.

Tarifas - A diretoria da ANEEL aprovou nesta terça-feira (17) o reajuste tarifário de três cooperativas, localizadas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As cooperativas que terão novos reajustes a partir do dia 22 de dezembro são: Ceprag (Cooperativa de Eletricidade de Praia Grande), Coopersul (Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Fronteira do Sul) e Coopernorte (Cooperativa Regional de Distribuição de Energia do Litoral Norte).

Tarifa de Energia de Otimização - A TEO (Tarifa de Energia de Otimização) foi fixada, em reunião pública da diretoria da ANEEL realizada nesta terça (17), em R$ 12,77/MWh (reais por megawatt-hora) com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. A TEO é destinada à cobertura dos custos incrementais de operação e manutenção das usinas hidrelétricas e ao pagamento da compensação financeira referente à energia trocada no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Tarifa de Serviços Ancilares - A ANEEL aprovou ainda a TSA (Tarifa de Serviços Ancilares) em R$ 7,40 por megavar-hora (MVArh). A TSA, que entrará em vigor a partir de janeiro de 2020, serve para remunerar os custos adicionais de operação e manutenção das unidades geradoras que são solicitadas pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) a operarem como compensadores síncronos.

Proinfa 2020 - O valor total das cotas para custeio do Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica), em 2020, será de R$ 3,321 bilhões. Já o montante de energia elétrica gerado pelas 131 usinas participantes no próximo ano (60 pequenas centrais hidrelétricas, 52 eólicas e 19 térmicas movidas por biomassa) deverá atingir 11,202 milhões de megawatts-hora (MWh). Os valores foram aprovados durante reunião da diretoria da ANEEL realizada nesta terça-feira (17).
Padrões de qualidade - A ANEEL aprovou consulta pública para revisão dos padrões de qualidade das usinas cotistas. A agência concluiu que as usinas estavam operando abaixo do ideal, mesmo com os níveis apontando para uma boa geração. O período de contribuições começa nesta quinta-feira (19) e vai até 17 de fevereiro.

Custos da CCEE - A diretoria da ANEEL homologou nesta terça-feira (17), durante reunião pública, os CAFTs (custos administrativos, financeiros e tributários) incorridos pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) na gestão de contas setoriais em 2020 e 2021. Os valores homologados estão disponíveis neste link.

Eletronuclear - A 7ª Turma do TRF-2 declarou nulos, por unanimidade, dois contratos de montagem eletromecânica de Angra 3, julgando improcedente ação ajuizada contra a Eletronuclear por sete empreiteiras: Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Correa, Queiroz Galvão, UTC, Techint e EBE. Citando delações premiadas e acordos de leniência firmados por essas empresas, o tribunal confirmou a fraude na licitação e a nulidade dos contratos.

Negociações do Gasbol - As cinco distribuidoras atendidas pelo Gasbol (MSGÁS, GasBrasiliano, Compagás, SCGÁS e Sulgás) encaminharam correspondência no último dia 28 de novembro ao CMGN (Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural) do Ministério de Minas e Energia e ao Ministério da Economia, destacando as propostas obtidas na chamada pública de gás natural e as limitações para viabilização de suprimento por novos agentes. Entre elas estão a ausência de regramento para acesso às infraestruturas essenciais de transporte e a incompatibilidade de prazos entre os vencimentos dos atuais contratos das distribuidoras com a chamada pública de capacidade de transporte da TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A).

Dividendos - A Light divulgou em comunicado ao mercado na última segunda-feira (16) que realizou a amortização antecipada do total do saldo do financiamento do Capex 2015/16 da controlada Light Serviços de Eletricidade S/A com o BNDES, no valor de R$ 292,6 milhões. O prazo original era em março de 2023 e tinha subcréditos ao custo de SELIC + 4,08% a.a. e TJLP + 3,74% a.a.
voltar para o topo

i CLIPPING

Proposta de Orçamento para 2020 é aprovada
Ponto mais controverso, fundo eleitoral ficará com os R$ 2 bilhões previstos pelo governo. (Valor)

Resistência dos senadores paralisa projeto para privatização da Eletrobras
Tramitação ainda depende de um despacho do presidente da Câmara. (Valor)

Crise da Venezuela vai pesar na conta de luz do ano que vem
Cobertura de custos de ineficiência das distribuidoras privatizadas no governo Temer também vai ter impacto no bolso do consumidor. (Valor)

Enel vence disputa judicial de R$ 830 mi com Furnas
A estatal cobrava na Justiça um valor da ordem de R$ 830 milhões, em multas e penalidades, à Enel Cien. (Valor)

Tabocas planeja diversificação e avalia atuar em gás natural
Construtora poderia atuar na construção de gasodutos. (Valor)

Venda de refinarias vai trazer mudança radical, diz Raízen
Para a vice-líder em distribuição de combustíveis no país, o mercado terá mais fornecedores e novas regras. (Valor)

Consumidores vão bancar R$ 20 bi em subsídios na conta de luz em 2020, diz Aneel
Valor é 2,4% maior que o deste ano e foi aprovado nesta terça-feira pela agência; diretor-geral da Aneel reiterou a necessidade de revisão dos subsídios embutidos na conta de luz. (O Estado de S. Paulo, O Globo)

STF marca para 29 de abril julgamento da distribuição dos royalties do petróleo
Dependendo do desfecho, processo pode levar a uma redução dos repasses aos estados produtores, como o Rio. (O Globo)

Renova Energia protocola plano de recuperação judicial
Com dívidas listadas em 3,1 bilhões de reais, a companhia de geração de energia limpa havia realizado o pedido de recuperação há pouco mais de dois meses. (Reuters)

voltar para o topo

i ENERGIA

A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, entre em contato.
O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia é destinado a assinantes**. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.
Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço infrajornalismo@agenciainfra.com em seus contatos.
Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA..

Imagens:
-
Artes:
-

Equipe Agência iNFRA
Editor-Chefe: Dimmi Amora
Editora de Energia: Leila Coimbra
Repórteres: Lucas Santin e Tales Silveira. **Redação:** Rodrigo Zuquim
Estagiária: Luana Dorigon. **Colaboradores:** Gabriel Tabatchek
Negócios: Ricardo Bastos. **Administração**: Beatriz Souza
+55 (61) 98192-2771
www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.